

Secretaria do Estado de Santa Catarina
Maternidade Carmela Dutra
Centro de Referência Estadual em Saúde da Mulher
Hospital Amigo da Criança-UNICEF/MS

Maternidade Carmela Dutra
Regimento Interno da Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn)

CAPÍTULO I
Da natureza e das finalidades

Art. 1º - A Comissão de Ética de Enfermagem (CEEn) da Maternidade Carmela Dutra foi criada por decisão da Assembléia Geral da Categoria, realizada em 02/09/2004, atendendo a determinação da Decisão COREN-SC nº018/94, e homologado pela Plenária do Conselho Regional de Enfermagem de Santa Catarina (COREN-SC), em sua 403.ª Reunião Ordinária, realizada em 18/11/2004.

Art. 2º - A CEEn é um órgão representativo do COREN-SC nas questões éticas dos profissionais de Enfermagem.

Art. 3º - As finalidades do CEEn são: educativa, opinativa, consultiva, fiscalizadora e de assessoramento nas questões éticas do exercício profissional, nas áreas de assistência, ensino, pesquisa e administração.

Art. 4º - A CEEn reger-se-á por este regimento, devidamente aprovado em assembléia da categoria e homologado pela Plenária do COREN-SC.

CAPÍTULO II
Dos objetivos

Art. 5º - A CEEn foi criada para atender os seguintes objetivos:

I - Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.

II - Promover e participar de atividades que visem a interpretação do Código de Ética e a conscientização dos profissionais de Enfermagem da necessidade de disciplina no comportamento ético-profissional.

III - Promover e participar de atividades multiprofissionais ligadas à ética.

IV - Assessorar e orientar a Diretoria de Enfermagem, membros da equipe, clientes, familiares e demais interessados, sobre questões éticas e as implicações decorrentes de atitudes antiéticas.

V - Fiscalizar o exercício ético dos profissionais de Enfermagem e as condições oferecidas pela entidade para o seu desempenho.

VI - Averiguar denúncias ou fatos antiéticos que tenha conhecimento, fazendo os devidos encaminhamentos.

VII - Apreciar e emitir parecer sobre questões éticas e projetos de pesquisas que envolvam profissionais de Enfermagem.

CAPÍTULO III
Da organização e composição

Art. 6º - A CEEn está organizada de modo a atender a todos os profissionais da Enfermagem (Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem), de todas as áreas de trabalho na entidade, no que se refere aos aspectos éticos do exercício da profissão.

Parágrafo único: A observância das normas éticas estende-se aos Atendentes de Enfermagem ou assemelhados, devidamente autorizados pelo COREN-SC e que exerçam atividades na área de Enfermagem, embora não possam votar ou serem eleitos.

Art. 7º - A CEEEn é constituída por Enfermeiro, Técnico em Enfermagem e Auxiliar de Enfermagem, em igual número, observando os seguintes critérios:

I - Ter, no mínimo, três anos de efetivo exercício profissional.

II - Ter, no mínimo, 6 (seis) meses de vínculo empregatício com a entidade.

III - Estar e, pleno gozo dos direitos profissionais e civis.

IV - Inexistir condenação em processo ético, processo disciplinar, processo civil ou processo penal nos últimos 5 (cinco) anos.

V - Estar inscrito no COREN-SC.

Art. 8º - A CEEEn é formada, no mínimo, por 01 (um) Enfermeiro, 01 (um) Técnico em Enfermagem e 01 (um) Auxiliar de Enfermagem **efetivos** e seus respectivos **suplentes**.

Art. 9º - É incompatível a condição de membro da Comissão de Ética com a Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem.

Art. 10 - O mandato dos integrantes da CEEEn é de, no máximo, 2 (dois) anos, podendo ser reconduzidos por igual período.

Parágrafo único: É recomendável que a cada eleição permaneça 50% (cinquenta) da comissão.

Art. 11 - A saída dos integrantes da CEEEn poderá ocorrer por término de mandato, afastamento temporário, desistência ou destituição.

Art. 12 - Entende-se por **término de mandato** quando os integrantes da Comissão concluírem os 2 (dois) anos de gestão.

Art. 13. - Entende-se por **afastamento temporário** quando um integrante da Comissão afastar-se por tempo determinado, no máximo, de 3 (três) meses.

Parágrafo único: A solicitação deverá ser encaminhada à coordenação da CEEEn, por escrito, com antecedência de 15 (quinze) dias.

Art. 14 - Entende-se por **desistência** a declinação de seu cargo por qualquer um dos integrantes da Comissão.

Parágrafo único: A decisão deverá ser comunicada, por escrito, à Coordenação da CEEEn, com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 15 - Entende-se por **destituição** o afastamento definitivo do integrante da CEEEn, que se dará por decisão da Comissão tomada em Reunião Ordinária, constando o fato em ata.

Parágrafo primeiro: A destituição ocorrerá nos seguintes casos:

a) Ausência, não justificada, em 4 (quatro) reuniões consecutivas.

b) Não estar em pleno gozo dos seus direitos profissionais e/ou civis.

Parágrafo segundo: A destituição implica na perda do direito a nova candidatura para integrar a CEEEn.

Art. 16 - A substituição dos integrantes da CEEEn poderá processar-se da seguinte maneira:

I - A vacância por **término de mandato**, atenderá os critérios estabelecidos no art. 7º deste regimento.

II - Na vacância por **afastamento temporário**, a substituição será feita pelo respectivo suplente, sendo indicado um novo suplente, em caráter temporário, se o afastamento ultrapassar a 30 (trinta) dias.

III - Na vacância por **desistência** ou por **destituição**, a substituição será feita pelo respectivo suplente que passará para efetivo, sendo chamado o próximo candidato mais votado do respectivo nível profissional, para integrar a Comissão como suplente e concluir o mandato do desistente ou destituído.

Art. 17 - A CEEEn elegerá, entre seus membros efetivos, um coordenador e um secretário, que terão mandato de 01 (um) ano, podendo serem reconduzidos por igual período.

Art. 18 - A CEEEn reunir-se-á ordinariamente, no mínimo, a cada 30 dias, podendo ocorrer reuniões extraordinárias, convocadas pelo coordenador, ou por autoconvocação pela maioria simples dos seus integrantes, ou pelo COREN-SC.

Parágrafo primeiro: Na ausência do coordenador, o secretário coordenará a reunião, sendo escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.

Parágrafo segundo: Na ausência do secretário, será escolhido "ad hoc" um substituto para secretariar.

Parágrafo terceiro: Serão lavradas atas de todas as reuniões da Comissão, constando a relação dos presentes, as justificativas dos ausentes, o registro das decisões tomadas e os encaminhamentos a serem feitos.

Parágrafo quarto: O quorum mínimo para as reuniões, verificado até 15 (quinze) minutos após a hora marcada para o início das mesmas, é de maioria simples dos membros efetivos ou de seus suplentes quando na condição de substituto.

Parágrafo quinto: Na ausência de quorum, a reunião será suspensa, sendo feita nova convocação.

Art. 19 - As decisões da CEEEn serão tomadas por maioria simples de seus membros efetivos ou de seus suplentes, quando na condição de substituto.

Parágrafo primeiro: Os membros efetivos terão direito a voz e voto.

Parágrafo segundo: Os membros suplentes poderão participar de todas as reuniões com direito a voz e, nos casos em que estiverem substituindo o membro efetivo, terão direito a voto.

Parágrafo terceiro: É indicada a participação dos membros suplentes em todas as reuniões, independente de estarem ou não substituindo membros efetivos.

CAPÍTULO IV

Do processo eleitoral

Art. 20 - A convocação da eleição será realizada pela Direção do Órgão de Enfermagem, em edital interno, no mínimo, com 45 (quarenta e cinco) dias antes da data da realização do pleito eleitoral.

Parágrafo único: A Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem deverá encaminhar cópia do edital de convocação da eleição, ao COREN-SC, no mesmo dia em que for publicado na entidade, juntamente com a relação dos nomes dos Enfermeiros, Técnicos em Enfermagem e Auxiliares de Enfermagem com vínculo empregatício na entidade, acompanhados de seus respectivos números de inscrição no COREN-SC.

Art. 21 - A Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem designará a Comissão Eleitoral para conduzir todos os trabalhos de divulgação, organização, realização do pleito, apuração e divulgação dos resultados.

Parágrafo primeiro: É incompatível a condição de membro da Comissão Eleitoral com a de candidato.

Parágrafo segundo: A Comissão Eleitoral elegerá um Presidente e um Secretário entre os seus membros.

Art. 22 - Todo material necessário para do desenvolvimento dos trabalhos eleitorais serão providenciados e solicitados pela Comissão Eleitoral e fornecidos pela Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade.

Art. 23 - A escolha dos membros da CEEEn será feita através de eleição direta e secreta, sendo os candidatos eleitos pelos seus pares, por voto facultativo.

Art. 24 - Somente poderão votar os profissionais regularmente inscritos no COREN-SC e com vínculo empregatício com a entidade.

Art. 25 - O COREN-SC fornecerá à Comissão Eleitoral a relação dos profissionais de Enfermagem da entidade que estiverem devidamente inscritos e em condições de votar e serem votados.

Art. 26 - Cada Setor/Unidade de Enfermagem da entidade poderá indicar um Enfermeiro, um Técnico em Enfermagem e um Auxiliar de Enfermagem como candidato para a eleição dos membros da CEEEn.

Art. 27 - Os profissionais de Enfermagem indicados pelo Setor/Unidade deverão candidatar-se individualmente, **sem formação de chapas**, inscrevendo-se junto à Comissão Eleitoral, até 10 (dez) dias antes do pleito, apresentando um fiscal, se assim desejarem.

Art. 28 - O local para a realização do pleito será definido pela Comissão Eleitoral, de comum acordo com a Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem.

Art. 29 - A eleição deverá ser realizada durante o horário normal de expediente da entidade, respeitados os turnos, e o tempo destinado ao pleito eleitoral não poderá ser inferior a 08 (oito) horas consecutivas.

Art. 30 - Todas as ocorrências do processo eleitoral deverão ser registradas em ata que será assinada pelo Presidente, o Secretário e os demais membros da Comissão Eleitoral e os fiscais, se houverem.

Art. 31 - A eleição somente terá legitimidade se o número de votantes for, no mínimo, a metade mais um dos profissionais de Enfermagem, por nível profissional e com vínculo empregatício com a entidade.

Parágrafo único: Quando no(s) nível(eis) profissional(ais) o número de votantes for inferior ou igual ao número de não votantes, deverá ocorrer um novo pleito no respectivo nível.

Art. 32 - A apuração dos votos será realizada pela Comissão Eleitoral, com a presença dos fiscais, se houverem, ou de outros interessados, imediatamente após o encerramento do pleito.

Art. 33 - Somente serão computadas as cédulas sem rasuras e os votos que não apresentem dúvidas ou interpretação dupla.

Art. 34 - Serão considerados eleitos como membros efetivos os candidatos que obtiverem o maior número de votos, por nível profissional, seguido de seus membros suplentes na mesma ordem decrescente.

Parágrafo único: Em caso de empate, assumirá o candidato eleito que tiver maior tempo de contrato de trabalho na entidade.

Art. 35 - Os candidatos votados e não eleitos como membros efetivos ou suplentes deverão ser, também, relacionados por nível profissional na ata de eleição e constar da lista dos resultados das eleições a ser encaminhada ao COREN-SC.

Art. 36 - Após a apuração, o Presidente da Comissão Eleitoral proclamará os resultados, solicitando ao Secretário que faça a ata dos trabalhos da apuração, bem como das ocorrências, se houverem, como disposto no Art. 30.

Parágrafo primeiro: A ata das eleições será assinada pelos integrantes da Comissão Eleitoral e pelos fiscais, se houverem.

Parágrafo segundo: O Presidente da Comissão Eleitoral encaminhará os resultados das eleições com a respectiva ata à Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem, imediatamente após o término da apuração.

Art. 37 - A Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem proclamará os resultados das eleições através de edital interno, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas após o seu recebimento.

Art. 38 - Os recursos relativos ao pleito somente serão recebidos pela Comissão Eleitoral se entregues, por escrito, até 48 (quarenta e oito) horas após a publicação oficial dos resultados pela Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem.

Parágrafo primeiro: O recurso será julgado pela Comissão Eleitoral no prazo máximo de 05 (cinco) dias.

Parágrafo segundo: Caso necessário, o recurso terá como segunda instância a Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).

Art. 39 - A Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem, no prazo de 15 (quinze) dias a contar da data do pleito, encaminhará, ao COREN-SC, a lista nominal de todos os eleitos, por nível profissional, com seus respectivos números de inscrição.

Parágrafo único: A listagem deverá informar:

- a) os nomes dos membros efetivos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.
- b) os nomes dos membros suplentes, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC.
- c) os nomes dos candidatos eleitos, seu nível profissional e o número de inscrição no COREN-SC, dos que não farão parte no primeiro momento da CEEn, mas que poderão ser convocados em caso de vacância por desistência ou por destituição de membros eleitos e empossados.

Art. 40 - Somente após a homologação pelo Plenário do COREN-SC e a nomeação por Portaria emitida pelo seu Presidente, a CEEn estará oficialmente autorizada para iniciar as atividades definidas neste regimento.

CAPÍTULO V

Das competências

Art. 41 – A CEEn tem as seguintes competências:

- I** – Divulgar os objetivos da CEEn.
- II** – Divulgar o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem e demais normas disciplinares e éticas do exercício profissional.
- III** – Promover e participar de reuniões, seminários ou atividades similares, que visem a interpretação do Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem.
- IV** – Assessorar a Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade nas questões éticas e disciplinares.
- V** – Orientar a equipe de Enfermagem sobre o comportamento ético-profissional e sobre as implicações decorrentes de atitudes antiéticas.
- VI** – Orientar clientes, familiares e demais interessados sobre questões éticas.
- VII** – Promover e participar de atividades multiprofissionais referentes à ética.
- VIII** – Apreciar e emitir parecer sobre questões éticas de Enfermagem, sempre que necessário.
- IX** – Apreciar e emitir parecer sobre os aspectos éticos de todos os projetos de pesquisa que envolva profissionais de Enfermagem.
- X** – Zelar pelo exercício ético dos profissionais de Enfermagem.
- XI** – Fiscalizar:
 - a) o exercício ético da profissão.
 - b) as condições oferecidas pela entidade e sua compatibilidade com o desempenho ético-profissional.
 - c) a qualidade de atendimento dispensada à clientela pelos profissionais de Enfermagem.
- XII** – Averiguar denúncias ou fatos antiéticos de que tenha conhecimento.
- XIII** – Comunicar, por escrito, ao COREN-SC, as irregularidades ou infrações éticas detectadas, bem como as reivindicações ou sugestões da categoria.
- XIV** – Encaminhar, anualmente, ao COREN-SC e à Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem, o planejamento das atividades a serem desenvolvidas e o relatório das atividades do ano anterior.
- XV** – Solicitar assessoramento da Comissão de Ética do COREN-SC (CEC) em caso de necessidade.
- XVI** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e da Decisão do COREN-SC nº018/94.

Art. 42 – Compete ao Coordenador da CEEn:

- I** – Convocar e presidir as reuniões.
- II** – Propor a pauta da reunião.
- III** – Propor a redação de documentos que serão discutidos e submetidos à aprovação.
- IV** – Representar a CEEn junto ao Órgão de Enfermagem da entidade.
- V** – Representar ou indicar representante, onde se fizer necessária a presença ou a participação da CEEn.
- VI** – Encaminhar as decisões da CEEn, segundo a indicação.
- VII** – Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, garantindo o envio de uma cópia, até o dia 01 (um) de março de cada ano, à Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem e à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).
- VIII** – Representar o COREN-SC em eventos, segundo a solicitação.
- IX** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento.

Art. 43. Compete ao Secretário da CEEn:

- I** – Secretariar as reuniões da CEEn, redigindo atas e documentos.
- II** – Providenciar a reprodução de documentos.
- III** – Encaminhar o expediente da CEEn.
- IV** – Arquivar uma cópia de todos os documentos.
- V** – Elaborar, juntamente com os demais membros da Comissão, o planejamento e o relatório anuais, encaminhando uma cópia, até 01 (um) de março de cada ano, à Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem e à Comissão de Ética do COREN-SC (CEC).
- VI** – Presidir as reuniões nos impedimentos do Coordenador.
- VII** – Representar a CEEn nos impedimentos do Coordenador.
- VIII** – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento.

Art. 44 – Compete aos membros efetivos da CEEn:

I – Comparecer e participar das reuniões.

II – Emitir parecer sobre as questões propostas.

III – Participar de reuniões ou programações relacionadas à ética, promovidas pela CEEn ou por outras entidades.

IV – Representar a CEEn quando solicitado pelo Coordenador.

V – Participar, através de voto, das decisões a serem tomadas pela CEEn.

VI – Garantir a presença do suplente quando impedido de comparecer às reuniões.

VII – Participar da elaboração do planejamento e relatório anuais.

VIII – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento.

Art. 45 – Compete aos membros suplentes da CEEn:

I – Substituir os respectivos membros efetivos nos seus impedimentos.

II – Participar das reuniões da CEEn.

III – Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento.

CAPÍTULO VI

Das disposições gerais

Art. 46 – Este regimento poderá ser alterado por proposta da CEEn, da Diretoria/Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade ou da CEC, tendo que ser, neste caso, submetido novamente à aprovação da Assembleia da categoria e da homologação da Plenária do COREN-SC.

Art. 47 – A Direção/Gerência do Órgão de Enfermagem da entidade, garantirá as condições necessárias para o desenvolvimento das atividades da CEEn.

Art. 48 – Os casos omissos serão decididos pela Plenária do COREN-SC.

Art. 49 – Este regimento entrará em vigor a partir da data da homologação pela Plenária do COREN-SC.

Florianópolis, 02 de setembro de 2004.

Comissão elaboradora

Escrever o nome dos integrantes da comissão e o respectivo número do COREN-SC.

-Beatriz Regina de S. S. Pimpão - Coren/SC 21007

-Soraya Jeanine Ferrelra Pereira - Coren/SC 61334

-Odete Back - Coren/SC 36453

-Jaqueline Soar Cavalheiro Locks - Coren/SC 48007

-Kátia Cristina Schimitz - Coren/SC 052207/3-4

Regimento Interno aprovado pela Enfermagem da Maternidade Carmela Dutra, Florianópolis, reunida em Assembleia em 02/09/2004

Regimento Interno aprovado pela Plenária do COREN-SC, em sua 403ª Reunião Ordinária, realizada em 18/11/04.

Deixar os espaços em branco. Serão preenchidos pelo COREN-SC.

